



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680121 - ES (2021/0219030-7)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : RAILDO OLIVEIRA TEODORO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAILDO OLIVEIRA TEODORO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (Apelação Criminal n. 0000092-59.2019.8.08.0051).

O paciente foi condenado às penas de 10 anos, 6 meses de reclusão e de 46 dias-multa pela prática dos delitos previstos nos arts. 157, § 2º-A, inciso II, do Código Penal e 244-B da Lei n. 8.069/90.

A impetrante sustenta que a condenação violou o princípio da vedação ao *bis in idem*, porquanto foram imputadas as penas do crime de corrupção de menores em conjunto com a qualificadora de ter sido o crime de roubo praticado em conjunto com outro agente. Defende ainda que a mera prática de delito em conjunto com menor não é suficiente para enquadramento do fato típico do art. 244-B da Lei n. 8.069/90. Suscita também que não houve indicação de qualquer elemento ou causa concreta que justifique o aumento da pena, especialmente no tocante à culpabilidade do agente, antecedentes, personalidade, consequências e circunstâncias do delito.

Requer, liminarmente, a absolvição do crime previsto no art. 244-B da Lei n. 8.069/90. No mérito, pugna pela concessão da ordem para afastamento da condenação pelo crime de corrupção de menores em virtude da aplicação do princípio da consunção ante o *bis in idem* na imputação das condutas delituosas. Subsidiariamente, pleiteia a fixação da pena-base no mínimo legal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, a impetrante juntou apenas a ementa do acórdão recorrido. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente